ICET TL 3925

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Gabinete do Ministro

DISCURSO DE SEXA MINISTRO

NA 43ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

SENHOR PRESIDENTE,

Permita-me que comece por felicitá-lo pela sua eleição para o cargo de Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. Quero explicitamente manifestar-lhe, em nome de Portugal e em meu nome pessoal, toda a confiança que depositamos em Vossa Excelência e a certeza com que assumimos desde já os resultados positivos que aqui serão obtidos, graças à capacidade profissional e empenhamento total de Vossa Excelência.

Do mesmo modo, gostaria de expressar o meu reconhecimento e o do meu país pelo trabalho generoso e esforçado realizado pelo Presidente cessante, Sr. Florin, a quem dirijo as mais cordiais saudações.

Gostaria também de juntar a minha voz a todos aqueles que tem saudado a brilhante actuação do Secretariado Geral, Xavier Perez de Cuellar, no empenhamento e dedicação demonstrados na resolução das questões que a todos tanto nos preocupam e que inequivocamente contribuiram para a recente atribuição do Prémio Nobel da Paz as forças de manutenção da Paz das Nações Unidas.

Como habitualmente a Presidência das Comunidades Europeias, que este semestre cabe à Grécia, proferiu, em nome dos doze Estados Membros, um discurso em que abordou as principais e

mais relevantes questões que hoje caracterizam o quadro das relações internacionais. Desejaria corroborar - expressamente - o nosso acordo com as posições ali expendidas.

Que me seja, contudo, permitido relembrar a relevancia que algumas dessas questões assumem para o meu Governo.

Não se estranhará, por isso, que destaque, em primeiro lugar a questão de Timor-Leste.

Senhor Presidente,

Num momento em que as Nações Unidas parecem reencontrar o seu verdadeiro papel na manutenção da paz e na solução pacífica dos conflitos e em que saudamos os sucessos registados na solução de várias questões internacionais da maior gravidade ou os progressos efectivos conseguidos para a resolução de outras, até agora aparentemente insolúveis, é com mágoa que me vejo compelido a referir a uma questão que há longos anos se arrasta sem que avanços significativos se tenham registado para a sua solução de forma justa e conforme com os princípios e resoluções fundamentais das Nações Unidas. Refiro-me à questão Timor-Leste.

A descolonização de Timor-Leste é um espinho cravado na consciência internacional e um desafio à coerência com que os principios essenciais da descolonização tantas vezes reclamados e repetidos como constituindo um acervo essencial desta organização são aplicados e observados. Mais triste é ainda constatar, como no caso de Timor, que a flagrante e directa violação de tais

princípios parte de um país que foi igualmente vitima do colonialismo e que tão importante papel representou na luta dos povos colonizados pela emancipação.

Há cerca de treze anos que o território não-autónomo de Timor-Leste sob administração portuguesa viu interrompido o seu processo de descolonização e foi objecto de invasão e ocupação militar pelo seu poderoso vizinho.

Portugal não enjeita a sua parte de responsabilidade pelas dificuldades e sobressaltos que o início do processo de descolonização conheceu, mas não pode em nenhum caso aceitar o argumento que essas dificuldades e esses sobressaltos legitimam a invasão e ocupação do território pela Indonésia e consequente denegação dos direitos e liberdades fundamentais de seu povo, sobretudo do seu direito inalienável à auto-determinação, já que em nenhuma circunstância se pode legitimizar a forma implacável que revestiu a repressão no território com o intolerável custo de vidas humanas e sofrimento nos últimos treze anos.

Um pequeno povo de algumas centenas de milhares de habitantes, dizimado em cerca de um quarto dos seus cidadãos, submetido a uma autoridade que não escolheu, limitado nos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, reclama que se lhe seja dada a oportunidade crucial de escolher o seu destino político.

Portugal - repito-o aqui uma vez mais - não tem qualquer reinvindicação a soberania sobre o território de Timor-Leste. Desejamos a auto-determinação para Timor-Leste

e não podemos compreender porque motivo a potência ocupante, que constantemente invoca os benefícios que a sua "administração" trouxe ao bem-estar dos seus habitantes, receia sobmeter-se ao resultado de um acto livre de auto-determinação, se como já argumentaram os corações estão já conquistados para a sua causa porque razão teme a expressão da vontade do povo.

A causa de Timor-Leste é para nós uma responsabilidade moral, histórica e jurídica. A defesa dos direitos, liberdades e identidade específica do seu povo - tantas vezes aqui proclamada como imperativa para a comunidade internacional, no seu conjunto, a propósito de tantos outros territórios coloniais - é também uma responsabilidade de todos nós, enquanto membros desta organização e empenhados na observância dos seus princípios fundamentais. Não podemos silenciar o drama de Timor-Leste sob pena de cumplicidade com uma intolerável política de facto consumado imposta pela força.

Portugal tudo fará para encontrar pela via do diálogo uma solução justa, global e aceitável para a Comunidade Internacional. Continuamos inteiramente empenhados em colaborar com o Secretário-Geral - cujos esforços neste domínio me apraz aqui reconhecer e agradecer - na sua mediação com vista a encontrar tal solução. E num espírito construtivo, no respeito primacial pelos legítimos direitos e aspirações do povo de Timor-Leste - que encaramos a continuação da sua mediação. Esperamos sinceramente que, do lado Indonésio , esse espírito seja também prevalecente.

Senhor Presidente,

A Comunidade Internacional assiste com justificada apreensão a contínua degradação das condições económicas sentida em grande número de países e, em especial, no Continente Africano.

Esta situação, para a qual contribuem frequentemente a desadaptação às realidades dos modelos de desenvolvimento até aqui seguidos, a gravidade de certos desiquilibrios estruturais e conjunturais da ordem económica internacional, bem como da extrema vulnerabilidade de muitas das sociedades africanas às catástrofes naturais, caracteriza-se nomeadamente, pela estagnação do crescimento, por elevadas taxas de inflacção e por um endividamento externo.

Questão esta que foi, de resto, recentemente abordada neste mesmo forum, na sessão que analisou a execução do programa especial das Nações Unidas para a África.

Sem prejuízo das responsabilidades que primordialmente cabem aos próprios africanos, é justo lembrar que os países membros das Comunidades Europeias se têm procurado dotar de instrumentos eficazes de ajuda aos países menos desenvolvidos destacando-se, neste contexto, as sucessivas convenções de Lomé que, porque estabelecem relações de cooperação firmadas por um regime jurídico resultante de um contrato livremente acordado e porque associam os países interessados em estruturas de consulta permanente, representam um importante forum para o prosseguimento do diálogo Norte/Sul.

Gostaria, a este propósito, de salientar o empenhamento e interesse do meu país na preparação, no âmbito comunitário, das negociações com vista à próxima convenção entre a CEE e os países ACP.

Pensamos que as relações que se têm desenvolvido entre a Comunidade e os seus 66 parceiros da África, das Caraíbas e do Pacífico constituem importante paradigma em matéria de cooperação e ajuda ao desenvolvimento.

A perspectiva que vem sendo definida a nível comunitário no sentido de procurar que as intervenções sectoriais possam assumir-se como factores complementares aos processos de desenvolvimento - e já não como meras acções de emergência sem eficácia a prazo - é, quanto a nós, a via mais operativa e responsável a seguir. Apostar num crescente reequilíbrio do sistema de trocas, com vista a um desenvolvimento harmonioso do comércio internacional.

Julgo, em particular, que deve continuar a merecer o maior apoio da Comunidade Internacional a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC), experiência de cooperação regional com realizações práticas da maior importância para a autonomização económica dos países da área.

Com efeito, os processos de ajustamento estrutural que têm vindo a ser postos em prática por vários países em vias de desenvolvimento, por vezes de um modo corajoso e com evidentes custos políticos e sociais, devem merecer um acrescido apoio por parte das sociedades industrializadas, sob a forma de acções

integradas em permanente conjugação com todas as entidades com intervenção nos respectivos processos de financiamento e activo diálogo com os países beneficiários.

Por razões históricas e culturais de todos conhecidas, o meu país mantém uma muito especial atenção relativamente às questões da política de ajuda ao desenvolvimento.

Com efeito, os graves problemas que hoje afectam povos e países do chamado "terceiro mundo" suscitam-nos as maiores preocupações e temos mantido uma empenhada acção no sentido de procurar vias para as sua resolução.

A este propósito, permita-me Senhor Presidente, que recorde a proposta apresentada pelo Primeiro-Ministro de Portugal na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Maio do corrente ano, visando a criação em Lisboa de um Centro Norte/Sul, concebido como uma estrutura flexível vocacionado para funcionar como um "forum" de reflexão permanente com o propósito de aprofundar o clima de entendimento e confiança entre os países do Norte e os do Sul. Estamos seguros do apoio e participação de todos os Estados aqui representados.

Senhor Presidente,

O meu país regista, com apreço a crescente valorização que tem vindo a ser dada a este vector das relações internacionais porque tal vai ao encontro do papel histórico que Portugal tem desempenhado no mundo e corresponde plenamente a forma como encaramos a nossa inserção na Comunidade das Nações.

Portugal concede à África Austral uma especial importância que é consequência dos vinculos históricos e culturais que a ela nos ligam e que hoje desenvolvemos em formulas de cooperação para benefício mútuo e progresso económico-social dos países com quem cooperamos.

Essa cooperação, que é a expressão prática de um activo relacionamento político, é marcadamente mais visível em acções bilaterais com os países africanos de língua oficial portuguesa: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe Angola e Moçambique. Mas reveste-se também de fórmulas multilaterais de grande valia como são designadamente a participação portuguesa nas estruturas, já referidas, da convenção de Lomé e na conferência para a coordenação do desenvolvimento na África Austral (SADCC), organização que, apraz-me aqui assinalar, de ano para ano assume maior expressão como solidariedade política e económica especialmente voltada às prioridades realistas do desenvolvimento.

Nesta perspectiva julgo ser de destacar o programa especial das Nações Unidas para a África que evidencia bem a atenção e o empenho desta organização na procura da solução para esta problemática a que nenhum de nós pode ficar indiferente.

Senhor Presidente,

Temos nos últimos dois meses vivido momentos históricos que abrem aos povos de Angola e da Namíbia novos horizontes que, estou em crer, permitirão superar longos anos de sofrimento e os conduzirão ao desenvolvimento e ao progresso, num clima de paz e de integridade territorial.

Que me seja aqui permitido felicitar todos aqueles que pelo seu pragmatismo, pelo seu empenhamento no diálogo e pela sua capacidade em ceder no acessório para garantir o essencial tornaram possível o desbloqueamento de um processo que se vinha a arrastar há demasiado tempo.

Neste contexto, dirijo uma palavra muito especial de saudação e solidariedade ao povo angolano e manifesto a reiterada disponibilidade de Portugal em tudo fazer no plano bilateral e no contexto multilateral para ajudar a RPA nas árduas tarefas de reconstrução e do desenvolvimento a que tem justo direito.

No que respeita a Moçambique aproveita esta tribuna para uma vez mais condenar a intolerável situação de insegurança gerada por uma guerrilha fomentada do exterior. É tempo de se permitir ao povo daquele materizado país trabalhar em paz para um futuro melhor. Também Moçambique merece a solidariedade da comunidade internacional na sua luta pela paz e pelo desenvolvimento.

Mas, infelizmente, compete sobretudo ao Governo da R.A.S. o assumir as suas responsabilidades e o dar provas de uma verdadeira vontade de diálogo e de boa-vizinhança mostrando assim que se mantém fiel ao espírito e a letra do histórico acordo de N'Komati, recentemente reafirmado no encontro do Songo.

Não obstante, há que reafirmar a convicção do meu país de que um pleno desanuviamento na região requer a eliminação das tensões internas da R.A.S..

Recordando que tanto no âmbito da organização das Nações Unidas como em muitas outras oportunidades, Portugal tem vindo a denunciar e a condenar a imoralidade e a injustiça que caracterizam o "Apartheid" e a "Bantustanização", sistemas destinados a fazer perpetuar a discriminação política, económica social e cultural que está na origem do contínuo agravamento da situação interna daquele país, apelo aqui uma vez mais ao Governo de Pretória para que aborde os problemas internos com o espírito de abertura que revelou recentemente nas negociações relativas a Namíbia e à Paz em Angola.

O desmantelamento progressivo e definitivo do "Apartheid", torna-se, neste quadro, prioritário e fundamental. Só a sua erradicação permitirá o acesso de todas as comunidades do país à participação política, ao trabalho, à segurança e ao bem estar social. Está nas mãos das autoridades sul-africanas, se para tanto houver coragem política e a noção precisa das irreversibilidades históricas, o fazer da R.A.S. um país pluriracial e economicamente avançado, aglutinador de todas as comunidades em presença, em suma um verdadeiro pólo de desenvolvimento e progresso, o que sem dúvida se repercutirá em toda a África Austral.

Decerto, compete aos sul-africanos, a todos os sul-africanos, decidir qual será a melhor forma para implementar as reformas cuja necessidade é incontroversa. Mas parece-me pacífico que a possibilidade de uma mais livre expressão política para a maioria negra não deixará de contribuir para a criação de um clima de confiança mútua indispensável para o desbloqueamento da sociedade sul-africana. E não poderia deixar de referir a inquietação que inspira ao meu país a situação de Nelson Mandela,

cujo septuagésimo aniversário a Comunidade Internacional assinalou devidamente, bem como o caso do grupo que é habitualmente designado pelos Seis de Sharpeville, como exemplos vivos e actuais de situações injustas e gravosas.

Senhor Presidente,

Portugal, membro das Comunidades Europeias e da Aliança Atlântica é Estado participante na conferência de segurança e cooperação na Europa, segue com particular atenção os desenvolvimentos das relações Leste/Oeste.

É com satisfação e confiança no futuro que constatamos uma marcada melhoria, nos últimos meses, no relacionamento entre as duas super-potências. Existe hoje, depois das cimeiras de Washington e Moscovo, um espírito positivo: o diálogo é mais franco e frequente e, concretamente, deram-se passos determinantes no campo do controlo de armamentos e no desarmamento.

O meu país saudou oportunamente o acordo I.N.F. como uma etapa positiva e importante para o desanuviamento das tensões internacionais e, por conseguinte, para a paz. Nesta mesma linha encorajamos os objectivos já expressos por ambas as partes no sentido de se obter uma redução de 50 por cento dos arsenais estratégicos nucleares dos Estados Unidos e da URSS.

Portugal confia em que, proximamente passos decisivos sejam dados no âmbito do armamento convencional e que,

nomeadamente, se corrijam os desiquilibrios que persistem nesse domínio entre o Leste e o Oeste, através de uma negociação que venha a eliminar as assimetrias e a consagrar a estabilidade em segurança, ao nível mais baixo de armamento.

Depositamos, deste modo, as maiores esperanças no processo da C.S.C.E.. O meu país confia que um rápido desbloqueamento da situação na reunião de Viena venha permitir a aprovação de um documento final substantivo e equilibrado que possibilite o início das negociações sobre a estabilidade convencional e a retomada das negociações sobre as medidas criadoras de confiança e segurança.

O desarmamento nuclear e convencional, a garantia de segurança e estabilidade permanecem os objectivos indissociáveis da consolidação da paz universal. Acolhemos, desta forma, com regozijo os significativos progressos registados nessa via. No entanto, vemos com a maior das preocuações o surto recente de utilização das armas químicas. O meu país, signatário do protocolo de Genebra de 1925, está profundamente empenhado numa eficaz, global e verificável implementação de uma convenção que assegure a eliminação total daquele tipo de armamentos. É nosso dever imperativo criar rapidamente os consensos que permitam atingir este desiderato. Nestes termos Portugal associa-se sem reservas à proposta apresentada há dias perante esta Assembleia pelo Presidente dos Estados Unidos visando a concertação internacional para a eliminação das armas químicas.

Senhor Presidente,

Desejo exprimir a satisfação do meu país pelo cessar-fogo estabelecido, em data recente, entre o Irão e o Iraque e que vem permitir a procura de uma solução justa e duradoura para um tão longo conflito que tantas vítimas causou.

A este propósito quero, aqui, prestar homenagem aos esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas que, determinadamente levaram os países envolvidos a aceitar a Resolução 598 do Conselho de Segurança.

Relativamente ao conflito israelo-árabe, constatamos, com pesar, que a actual situação não apresenta perspectivas encorajadoras. Os graves acontecimentos nos territórios ocupados demonstram a fragilidade das anteriores soluções. Estas terão que ter em consideração os legítimos direitos do povo palestino e o reconhecimento do direito à existência de todos os Estados da região.

Portugal, juntamente com os seus parceiros europeus considera que a convocação rápida de uma conferência internacional constitui o quadro apropriado para as indispensáveis negociações entre as partes directamente envolvidas.

No que se refere à América Latina reafirmo a solidariedade fraternal de Portugal para com aquela vasta região bem como a nossa total disponibilidade e activo empenhamento para contribuir para a superação das dificuldades que atravessa. Estou convencido de que os países desenvolvidos poderão ajudar de modo significativo para minorar esses problemas, procurando em

conjunto com os países desta área novas e imaginativas formas de cooperação. Nomeadamente em relação à questão da dívida externa, creio que esta tem de ser encarada sempre num contexto de crescimento económico, dado que urge atenuar o seu ónus social.

Não posso também deixar de fazer uma referência especial à situação na América Central, onde à esperança gerada pela assinatura do acordo de esquipulas se sucedeu uma situação de relativo impasse no processo da paz.

Portugal considera que a solução para esta situação deverá ser procurada em primeira instância a nível regional, num clima de confiança mútua e num quadro de estrito respeito dos direitos humanos, da democracia pluralista e do princípio da inviolabilidade das fronteiras. Na nossa interpretação da crise centro-americana sempre tomámos também em consideração as condições sociais injustas e desfavoráveis que contribuem para o actual panorama daquela região, pelo que julgamos que a cooperação económica entre os países da região e as nações mais industrializadas, nomeadamente os países comunitários, também terá uma influência determinante na obtenção da ambicionada paz e progresso para a região.

Alcançar uma solução política justa para o Cambodja é também um imperativo cada dia mais urgente para a comunidade internacional. É tempo de restituir a paz, a dignidade e a esperança a um povo martirizado sucessivamente pela intolerância de uma minoria desrespeitadora dos mais elementares direitos humanos e pela ocupação militar estrangeira, que nenhum pretexto poderá legitimar.

Os Acordos de Genebra sobre Afeganistão constituem por outro lado um passo significativo para a solução de um conflito que, ao longo de quase uma década, semeou sofrimento e miséria entre o povo afegão. Não poderei deixar de assinalar igualmente a este propósito a coragem abnegação demonstradas pela resistência afegã e a solidariedade humanitária com que o Paquistão acolheu milhões de desalojados pelo conflito.

Senhor Presidente,

A paz entre as nações e o respeito pelos direitos humanos, aspirações unanimes desta Assembleia, são indissociáveis do bem-estar de cada um dos individuos que participam no convivio mundial. Esse bem-estar identifica-se, em muito, com o desenvolvimento económico, para o qual contribui decisivamente um comércio mundial assente em bases sãs e liberto de proteccionismos expressos ou ocultos.

Englobados na Comunidade Europeia, é-nos indispensável encontrar reciprocidade na abertura de mercados, tal como a praticamos e este é ponto base da política comercial comunitária.

O Governo a que pertenço tem plena convicção de estar em vias de concluir a criação das instituições indispensáveis a participação de Portugal num mercado mundial tal como é o objectivo final das partes contratantes do GATT.

Nesta perspectiva, reconhecemos a importância das negociações designadas por Uruguai Round, cujo resultado, que desejamos satisfatório, contribuirá, sem dúvida para um melhor equilibrio das relações mundiais.

Desejo aqui reafirmar que esta negociação só atingirá os seus objectivos, através do respeito estrito pelo principio da globalidade.

A declaração conjunta do Luxemburgo de 25 de Junho último, subscrita pela CEE e pelo COMECOM, ao estabelecer o reconhecimento oficial entre estas duas organizações, veio encerrar um ciclo de 30 anos de ignorância recíproca entre as duas Europas.

Portugal, consciente da sua dimensão histórica e das implicações futuras do relacionamento entre ambas as organizações e respectivos Estados Membros, congratula-se com o evento e acredita ter sido assim dado um importante passo no sentido de uma nova era de cooperação internacional alargada aos mais diversos domínios.

Cooperação multilateral que se reflecte ainda nas relações da CEE com a EFTA, ASEAN e o C.C. GOLFO e que confiamos venha a ser estendida e aprofundada.

Senhor Presidente,

A comemoração dos 40 anos sobre a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem deve concorrer no sentido dos esforços que a Comunidade Internacional vem desenvolvendo para assegurar o gozo dos direitos e liberdades e fundamentais inerentes à pessoa humana em qualquer parte do mundo. Assim, agora que as Nações Unidas dispõem já de múltiplos

instrumentos internacionais visando definir e garantir tais direitos, cabe sobretudo concertar atenções na sua efectiva implementação e no reforço dos mecanismos internacionais de controlo.

No plano internacional, Portugal assume a tarefa de promoção e protecção dos direitos humanos como prioridade da sua política externa. Designadamente na Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas o meu país tem procurado corresponder às exigências do mandato que lhe foi confiado, rejeitando a duplicidade de critérios, e trabalhando para o reforço da eficiência dos mecanismos existentes.

A complementaridade entre, por um lado, direitos civis e políticos e, por outro, direitos económicos, sociais e culturais mostra-se indispensável para concretizar o pleno gozo das liberdades fundamentais de cada individuo.

Senhor Presidente,

Ao longo dos últimos 5 séculos Portugal foi entrecruzando a sua história, a sua cultura e a sua língua pelos quatro cantos do mundo. Tanto bastaria para que se interessasse por tudo quanto vai ocorrendo na cena internacional.

Mas tal interesse recolhe novos e poderosos argumentos quando se nota a participação activa e empenhada do meu país em multiplas e multifacetadas organizações internacionais das Nações Unidas à CEE, da NATO ao Conselho da Europa para citar apenas algumas.

Entendemos, porém, que não basta observar atentamente a cena internacional e reagir aos acontecimentos. Cabe a Portugal, como a outros países de boa vontade, agir contra as situações de injustiça e de guerra que infelizmente ainda se verificam no contexto internacional.

Há que vencer inércias e mobilizar vontades, há que alterar práticas ineficazes de cooperação, há acima de tudo que trabalhar muito e concertar esforços para que situações vigentes ou potencialmente gravosas não possam perdurar.

E se as soluções actuais não servem há que buscar com ousadia, com criatividade soluções inovadoras.

Portugal uma vez mais reitera a sua disponibilidade e o seu empenhamento para contribuir para que cada vez mais todos possamos ter mais paz em segurança, mais liberdade em democracia mais solidariedade na prosperidade.

MUITO OBRIGADO.